

35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e UNICAMP

Este artigo procura demonstrar o vigor das pesquisas sobre movimentos sociais ao apresentar informações sobre dissertações e teses elaboradas na Universidade de São Paulo – USP e na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP entre 1970 e 2005. Em outras palavras, o artigo discute a questão da ocorrência de um declínio no interesse pelo estudo dos movimentos sociais no Brasil.

O período em foco é significativo para o campo teórico dos movimentos sociais, pois coincide com a época da consolidação dos maiores programas de pós-graduação brasileiros. Também foi o período do ressurgimento e das modificações dos movimentos sociais, os quais tiveram visibilidade pública durante o processo de luta contra a ditadura militar, sofreram modificações em seus modos de mobilização e demandas, durante o regime de transição, e adquiriram nova feição no período democrático, especialmente inserindo-se, porém não se esmaecendo, em redes sociais.

Como ação coletiva, as modificações mais substantivas decorreram da passagem de uma unificação de demandas diante de um antagonista único no período da ditadura para certa fragmentação do campo movimentalista no período democrático, posterior concentração em torno de organizações não-governamentais (ONGs) e, por fim, para uma tendência de articulação em redes locais e internacionais.

Aspectos Metodológicos

A opção em tratar de teses e dissertações defendidas na USP e na UNICAMP baseou-se no critério de representatividade e no critério de conveniência de acesso para a pesquisa de campo.

A conveniência de acesso é justificada porque os resultados de pesquisa discutidos neste artigo decorrem de dois momentos: minha tese de doutorado¹ (que abrange a pesquisa sobre teses e dissertações defendidas entre 1970 e 1995) e a atualização de dados (para o período entre 1996 e 2005). Na ocasião da elaboração da tese de doutorado, o acesso aos catálogos e teses impressos era o mais difundido e foi fundamental para os procedimentos metodológicos adotados, por isso a escolha daquelas Universidades representativas e em localidades próximas. Já no momento da complementação dos dados, embora o acesso aos catálogos *online* de outras universidades seja acessível, foi mantida a escolha inicial das duas Universidades citadas para dar continuidade.

Quer dizer, no primeiro momento, a coleta de dados foi realizada em catálogos impressos das bibliotecas (ainda usuais nos anos 1990) e em catálogos *online*. Além disso, era importante a leitura de fragmentos de teses e dissertações cujas palavras-chave ou resumos não permitiam, de pronto, identificá-las como tendo por objeto movimentos sociais ou classificar o movimento social abordado. De acordo com a metodologia desenvolvida não bastaria que o assunto ou palavra-chave nos catálogos indicassem tratar de teses ou dissertações sobre o tema, pois, juntamente com isso, foi desenvolvida uma ampla conceituação e classificação que norteou a busca e identificação dos trabalhos, como se segue:

Movimentos sociais são formas de ação coletiva com algum grau de organização que emergem de contradições fundamentais da sociedade ou de demandas conjunturais decorrentes de carências econômico-culturais. Representam o conflito ou a contradição entre setores da sociedade pela conquista e/ou administração de recursos e bens econômicos, culturais e políticos, e, também, para promover modificações e transformações nas relações instituídas, havendo, também, movimentos sociais que almejam a manutenção das instituições sociais. Os movimentos sociais expressam práticas organizativas e participativas de grupos sociais, bem como suas

¹ Tese de doutorado (KAUCHAKJE, 1997) realizada na UNICAMP sob orientação de Maria da Glória Gohn.

interpretações e representações sobre a experiência social, as forças sociais que consideram representar e sobre aquelas contra as quais se antagonizam. A formulação de suas demandas é mediada por um ideário ou carência percebida, posição de agentes externos e políticas públicas existentes. Apesar das modificações no campo teórico e na configuração da realidade, as análises sobre movimento social, quase sempre tendem a vinculá-los ao processo de mudança ou transformação social.

Assim, movimentos sociais são fenômenos de diversas facetas e são nucleares na história de diferentes sociedades. Portanto, junto a uma única definição genérica é apropriado relacioná-los ao contexto social do qual emergem: revolta de escravos, seitas sociais e levantes camponeses da Antiguidade e da Idade Média, motins rurais do século XVIII, movimentos milenares do século XIX, movimentos socialista e trabalhista pós-Revolução Industrial, movimentos de bairro e populares urbanos, movimentos rurais brasileiros, bem como novos movimentos sociais, já na segunda metade do século XX.

Nas sociedades atuais, herdeiras do pensamento e das movimentações sociais do período moderno-industrial, os conflitos articulam elementos de classe, de exclusão de cidadania, de valores e identidades e de participação na direção da vida social (MELUCCI, 1997; SCHERER-WARREN, 1993; OFFE, 1993; DOIMO, 1995). Para Touraine (2006, p. 25), nos dias de hoje, assim como na chamada sociedade industrial, é possível identificar movimentos sociais que evocam os “conflitos estruturais dessa sociedade que opõem os detentores do poder econômico e social e aqueles a eles submetidos” e, também, os movimentos históricos “definidos pelos conflitos surgidos em torno da gestão da mudança histórica”. Tais elementos também podem ser traduzidos na articulação de demandas por igualdade, direito à diferença, e questões universais/planetárias. Com isso é possível estabelecer a seguinte classificação de movimentos sociais (sejam eles urbanos ou rurais, locais ou cosmopolitas): movimentos dos trabalhadores, populares, estudantis, de jovens, culturais, messiânicos e ligados à religião, de elites econômicas, político-partidário/sociopolíticos e novos movimento sociais (GOHN, 1997; KAUCHAKJE, 1997)².

² Conceituação e classificação similares sobre movimentos sociais foram apresentadas e discutidas em Kauchakje (1992), Kauchakje (1997), Kauchakje (2007) e Kauchakje (2008). Nesses trabalhos as discussões tiveram por base, principalmente, os seguintes textos: Tilly (1978), Camacho (1987), Boschi

Como dito, essas conceituação e classificação nortearam o primeiro momento da pesquisa de campo que associou o cruzamento entre assunto, título e palavras-chave constantes em diversos catálogos bibliográficos e a leitura de fragmentos de teses e dissertações defendidas entre 1970-1995. Isso possibilitou a inclusão de alguns trabalhos indicados como movimento operário, ligados à religião, lutas urbanas, de jovens, entre outros, que não estavam catalogados como movimentos sociais de forma genérica, bem como levou à exclusão de outros que não eram concernentes à classificação pretendida.

No segundo momento, com o intuito de atualização para este artigo, foram coletados dados sobre teses e dissertações defendidas entre 1996 e 2005, exclusivamente, em catálogos *online* das bibliotecas da USP e da UNICAMP. Essa coleta foi menos minuciosa e mais centrada no assunto ou palavras-chave genéricas – “movimentos sociais” –, ainda que, a partir disso, ocorresse busca de assuntos ou palavras-chave correlatas. Apesar da diferença procedimental, considero os resultados obtidos suficientes para a atualização pretendida.

O critério de representatividade também foi decisivo na escolha da USP e da UNICAMP. Nas duas Universidades, o corpo discente é formado por alunos de todo Brasil e de outros países, o corpo docente transita e tem reconhecimento em outras universidades brasileiras, e os programas de pós-graduação estão entre os mais antigos, consolidados e melhores do Brasil.

A USP foi fundada em 1934 e a pós-graduação foi implementada em 1969. Segundo seu sítio na *internet*, a instituição responde por cerca de 28% da produção científica brasileira (com isso ocupava em 2006 a 15ª posição mundial), oferece aproximadamente 10% dos programas de pós-graduação do país, forma mais de dois mil doutores por ano (25% do total nacional) e 20% de seus programas foram classificados como excelentes (conceitos maiores ou iguais a 5) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES³.

A UNICAMP foi fundada em 1966 e, após esta data, o primeiro curso

(1983), Gohn (1997). Castells (1983), Castells (1999), Scherer-Warren (1983), Scherer-Warren (2006), Touraine (1989) e Touraine (2006).

3 O 2009 *Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities, do Higher Education Evaluation & Accreditation Council of Taiwan*, que classifica as 500 melhores instituições de ensino e pesquisa do mundo, atribuiu à USP a 78ª posição. A instituição é a primeira colocada, nesse ranking, entre as universidades latino-americanas (<http://www4.usp.br/index.php/a-usp>).

de pós-graduação foi implementado em 1969. De acordo com seu sítio na *internet*, a instituição responde por aproximadamente 12% da totalidade de dissertações de mestrado e teses de doutorado no país; o conjunto de suas pesquisas representa em torno de 15% da pesquisa universitária brasileira, 94% dos cursos são bons (avaliados com conceitos maiores ou iguais a 4) e 50% são excelentes (conceitos maiores ou iguais a 5), conforme avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Algumas dessas características podem ser encontradas em outras universidades, porém, quando consideradas em conjunto e associadas ao critério de conveniência, elucidam a escolha da USP e da UNICAMP para mapear e discutir a produção acadêmica brasileira sobre movimentos sociais nos últimos 35 anos.

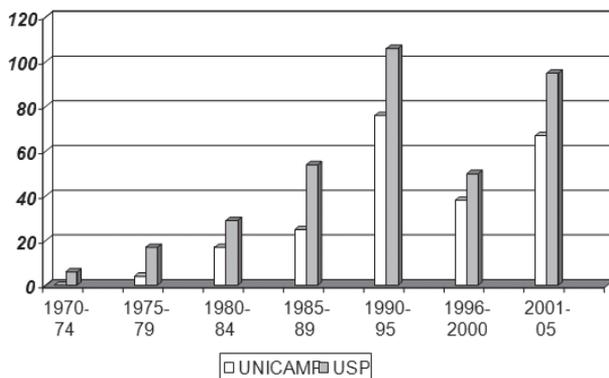
Este artigo procura demonstrar a inter-relação entre realidade social e produção de conhecimento sobre movimentos sociais e a permanência, ao longo do tempo, do interesse acadêmico sobre o tema nos programas de pós-graduação na área de ciências humanas e sociais.

Dissertações e teses sobre movimentos sociais: números, classificações e contexto social

Entre 1970 e 2005 foram elaboradas aproximadamente 584 teses e dissertações sobre movimentos sociais na USP e na UNICAMP (357 e 227, respectivamente)⁴, como se pode ver na Figura 1.

⁴ Este número é aproximado pelas razões metodológicas já expostas.

Figura 1 – Número de teses e dissertações sobre movimentos sociais elaboradas na USP e na UNICAMP entre 1975 e 2055



Fontes: Kauchakje (1997) e catálogos das bibliotecas da USP e UNICAMP (2009).

A busca de teses e dissertações foi norteada pela conceituação ampla sobre movimentos sociais anunciada no início deste artigo e, também, por uma definição instrumental que serviu de guia para a seleção das pesquisas coletadas. Essa definição instrumental permite a diferenciação de aspectos exteriores e imediatos dos movimentos sociais e outras formas de ações coletivas como, por exemplo, luta armada, saques e quebra-quebras “espontâneos”. Tais elementos são: duração, manifestação pública e, principalmente, objetivos.

Nesse sentido, movimentos sociais, urbanos e rurais supõem organização de base com alguma duração, manifestações e mobilizações no espaço público planejadas e caracterizadas por ocupações, passeatas, carreatas, greves, paralisações entre outras, e objetivos elaborados em discursos cujo conteúdo, no geral, se refere às relações e condições de trabalho, à apropriação de recursos sociais, naturais, materiais e culturais e, também, às transformações sociais, isto é, são objetivos vinculados aos valores, ao consumo, inclusão e ampliação de direitos (moradia, trabalho, saúde, gênero, meio ambiente, por exemplo) que podem ou não se articular a um projeto societário.

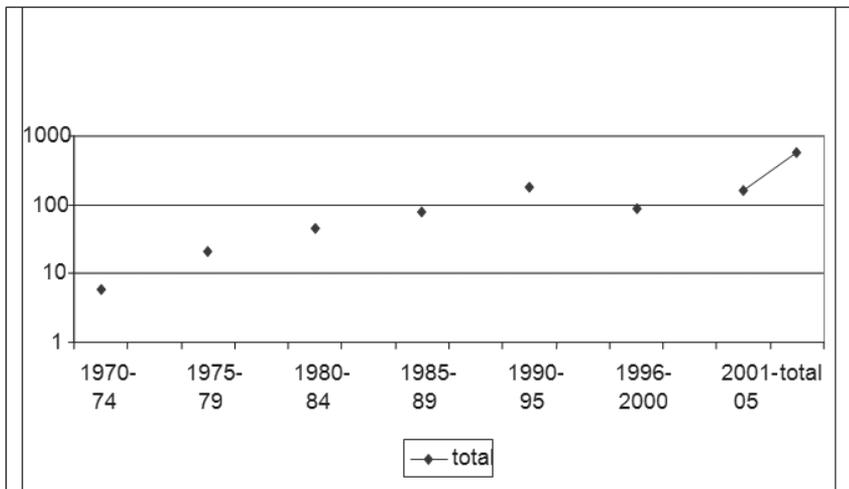
A opção por elencar elementos mínimos deve-se à variedade de definições e significados sobre movimento social. Não raro, os pesquisadores “especializam-se num determinado movimento social” (operário, popular

urbano, feminista etc.) e não o conectam, ou o fazem tenuemente, ao fenômeno teórico mais abrangente – movimento social – desencadeando “guetos temáticos” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 18).

A seleção do material levou em conta, também, a classificação adotada, ou seja, movimento dos trabalhadores, populares, estudantis, de jovens e culturais, messiânicos e ligados à religião, de elites econômicas, político-partidários/sociopolíticos e novos movimento sociais.

A partir dessa delimitação, observou-se o número ascendente de trabalhos sobre movimentos sociais no período, com um pico entre 1990 e 1995, vide Figura 2.

Figura 2 – Número de teses e dissertações sobre movimentos sociais elaboradas na USP e na UNICAMP entre 1970 e 2005



Fontes: Kauchakje (1997) e catálogos das bibliotecas da USP e UNICAMP (2009).

Como o número geral de pesquisas nos programas de pós-graduação do país aumentou nesse período, é necessário comparar o total de teses e dissertações sobre movimentos sociais e o total geral (Tabela 1). Para evitar distorções nessa comparação considerou-se, tão-somente, a FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e o IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, pois os dados de 1970 a 1995 indicaram que, na USP, a FFLCH concentrou cerca de 83% das teses

e dissertações sobre movimentos sociais defendidas, vindo em seguida a ECA – Escola de Comunicação e Artes (8,2%); FE – Faculdade de Educação (3,3%); IP – Instituto de Psicologia (2,4%); FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (1,4%); FSP – Faculdade de Saúde Pública (0,9%); e EP – Escola Politécnica (0,4%). Na UNICAMP, o IFCH reuniu aproximadamente 70,6% das teses e dissertações sobre movimentos sociais, seguido pela FE – Faculdade de Educação (22,4%); IE – Instituto de Economia (4,3%); IA – Instituto de Artes (1,7%) e FCM – Faculdade de Ciências Médicas (0,8%).

Tabela 1 – Teses e dissertações sobre movimentos sociais e sobre todas as temáticas elaboradas no IFCH – UNICAMP e na FFLCH - USP (1970-2005)

	UNICAMP - IFCH			USP- FFLCH			IFCH e FFLCH		
	MS	total	%	Ms	total	%	MS	T/D	%
1970-74		2	0	6	445	1,3	6	447	1,3
1975-79	4	54	7,4	17	585	2,9	21	639	3,3
1980-84	17	72	23,6	24	630	3,8	41	702	5,8
1985-89	10	104	9,6	41	607	6,8	51	711	7,2
1990-95	57	390	14,6	89	1415	6,3	146	1805	8
1996-2000	38	486	7,8	46	2167	2,1	84	2653	3,2
2001-05	67	764	8,8	86	2614	3,3	153	3378	4,5
TOTAL	193	1872	10,3	309	8463	3,7	502	10335	4,8

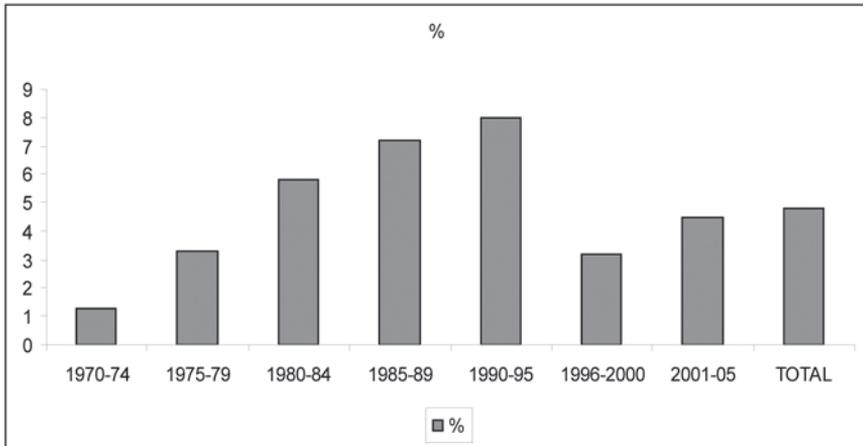
Fontes: Kauchakje (1997) e catálogos das bibliotecas da USP e UNICAMP (2009).

Entre 1980 e 1995 está a maior porcentagem de pesquisas sobre movimentos sociais, com posterior declínio. Entre 1996-2005, contudo, ocorreu uma elevação no número de trabalhos em relação à década de 1970. Comparativamente, na UNICAMP, a porcentagem de teses e dissertações sobre movimentos sociais em relação às demais temáticas é maior que na USP, indicando um maior interesse relativo dos docentes e discentes nesse tema de pesquisa (Tabela 1 e Figura 3).

Tendo em vista que os programas de pós-graduação da USP e da UNICAMP, no formato em que se consolidou, se iniciaram pouco antes de 1970,

pode-se dizer que nessas Universidades os movimentos sociais estão sendo pesquisados desde o seu início até os dias de hoje.

Figura 3 – Porcentagem de teses e dissertações sobre movimentos sociais em relação às demais temáticas, IFCH – UNICAMP e FFLCH – USP (1970-2005)



Fontes: Kauchakje (1997) e catálogos das bibliotecas da USP e UNICAMP (2009).

É interessante justapor os dados apresentados nas Figuras 3, 4 e 5 a alguns aspectos contextuais a fim de obter sugestões sobre a relação entre produção teórica e o próprio movimento da realidade.

Nos primeiros anos do período, marcados pela ditadura militar, a principal perspectiva teórica na academia era a Marxista (KAUCHAKJE, 1997) e os movimentos sociais estudados foram os de trabalhadores⁵. No período da abertura política e redemocratização há um aumento de movimentos populares e de luta pela cidadania e um aumento, também, de pesquisas sobre o tema.

Um exemplo dos movimentos sociais que se manifestavam na sociedade é o Movimento do Custo de Vida (MCV), denominado, mais tarde, de Movimento Contra a Carestia (MCC), iniciado por volta de 1974 e com o pico de mobilização em 1978. Nesse mesmo ano, o movimento operário destacou-se com as greves no ABC Paulista.

⁵ Na Figura 4, notam-se estudos sobre novos movimentos sociais entre 1970-74, porém trata-se de pesquisas sobre mulheres no mundo do trabalho (sindicatos e operárias, principalmente).

Aliás, nos anos de 1980, entre alguns grupos do campo movimentalista, fazia sentido a discussão sobre a questão de os movimentos populares terem um caráter reformista (no sentido de lutas por direitos e inclusão na estrutura social) e se a proposta revolucionária seria pertinente somente aos movimentos de trabalhadores.

Grande parte dos movimentos populares foi organizada com a assessoria da ala progressista da Igreja Católica (ligada à Teologia da Libertação e atuando nas CEBs- Comunidades Eclesiais de Base), o que parece ter rebatimento também no fato de os movimentos ligados a religião serem estudados desde os anos 1970.

A partir da segunda década do período, também aumenta o número de pesquisas sobre novos movimentos sociais cujas demandas são relativas às questões étnico-raciais, de orientação sexual livre, bem como de ciclos de vida.

Nessa época, o processo constituinte mobilizou a sociedade civil organizada. Na Constituição Federal de 1988 estão inscritos os direitos políticos e sociais, tais como: extensão do sufrágio aos analfabetos, ampliação dos direitos à igualdade e à diferença para as pessoas com deficiência (inclusão nos equipamentos de educação, por exemplo), afirmação da não discriminação étnica, de gênero, bem como da proteção às crianças, adolescentes e pessoas idosas, entre outros.

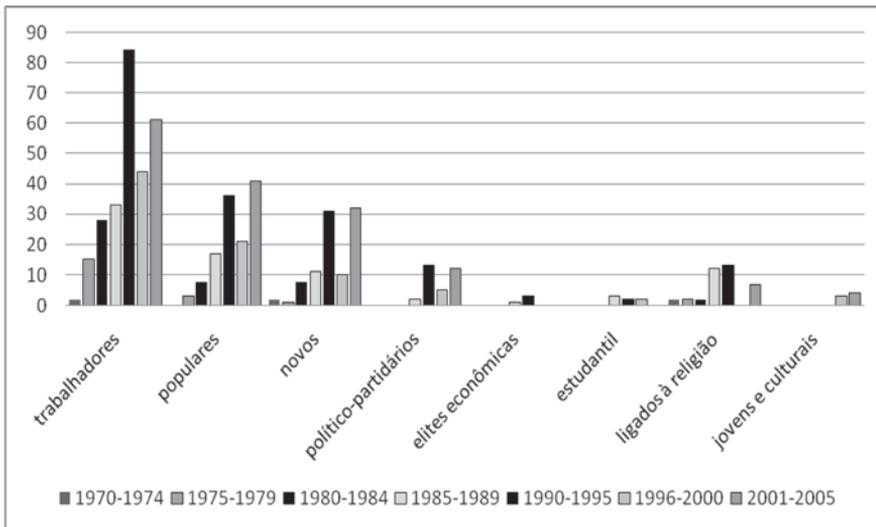
No entanto, na década de 1980 e primeiros anos de 1990, a onda neoliberal disseminou a deslegitimação das funções sociais do Estado e agravou o empobrecimento de amplas camadas da população. Na literatura sobre movimentos sociais foi aventada uma crise de paradigma nos seguintes termos: “Se (...) as únicas idéias relativas à ordem social provêm da Direita, é porque o projeto socialista – forjado na Europa Ocidental entre 1848 e 1891 e que inspirou os movimentos sociais em todo o mundo desde então fracassou no Leste e no Oeste” (PRZEWORSKI, 1994, p. 22).

Nesse ínterim, na realidade brasileira houve algo como ascensão e queda das manifestações públicas de movimentos sociais, e na academia cessa o aumento ininterrupto de estudos sobre o tema, com o ápice entre 1985 e 1995 (Tabela 1, Figura 3). Portanto, considerando o tempo de elaboração

de teses e dissertações, parece que a produção acadêmica seguiu de perto os próprios movimentos sociais.

Mas, a partir de meados de 1980, a diversidade de movimentos sociais estudados é maior do que nos anos 1970. É significativo que, também, entre 1985-1995 todos os tipos de movimentos sociais considerados são objeto de pesquisa. Além disso, entre 2001-2005 há um aumento numérico de teses e dissertações sobre cada um dos movimentos sociais classificados (exceto o estudantil) em relação aos anos 1996-2000. (Figuras 4 e 5)⁶.

Figura 4 – Classificação de movimentos sociais abordados nas teses e dissertações da USP e UNICAMP entre 1970 e 2005



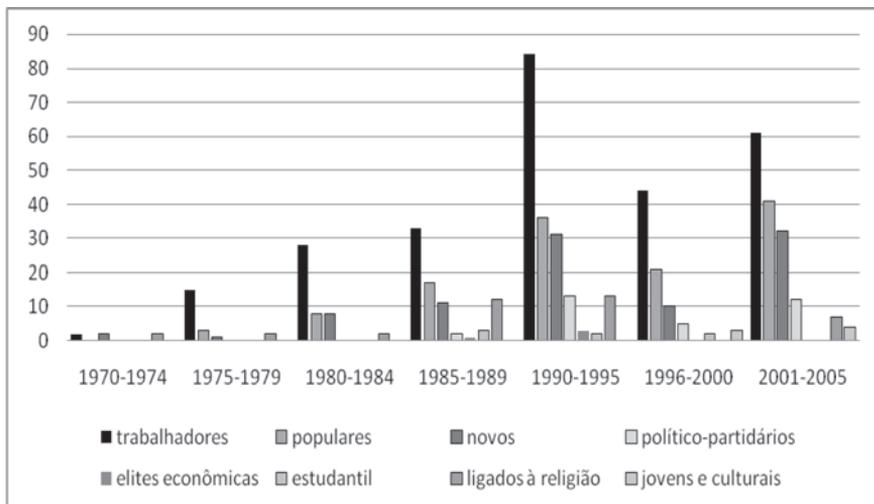
Fontes: Kauchakje (1997) e catálogos das bibliotecas da USP e UNICAMP (2009).

Os estudos sobre movimentos de trabalhadores compõem a maioria dos movimentos pesquisados (45,7%), seguidos dos movimentos populares (21,6%), novos movimentos (16,3%), ligados à religião (6,5%), político-partidário e sociopolíticos (5,5%), de estudantes (1,2%), culturais e de jovens

⁶ Para analisar as teses e dissertações sobre movimentos sociais é importante compreender as especificidades de cada movimento social classificado em relação ao número de pesquisas realizadas em cada contexto específico. No entanto, para o objetivo geral deste artigo é suficiente apresentar aspectos gerais sobre os movimentos pesquisados e sobre o contexto social do período.

(1,2%), de elites econômicas (0,7%), havendo, também, as pesquisas sobre movimentos sociais como categoria geral (1,4%). Importante ressaltar que a quase totalidade das teses e dissertações tratam de movimentos sociais brasileiros.

Figura 5 – Classificação de movimentos sociais abordados nas teses e dissertações da USP e UNICAMP entre 1970 e 2005



Fontes: Kauchakje (1997) e catálogos das bibliotecas da USP e UNICAMP (2009).

Os movimentos operários e de trabalhadores, urbanos e rurais, foram estudados durante todo o período de 1970 a 2005. Após 1990, há um maior número de defesas de teses e dissertações sobre esse tipo de movimento social, sendo que, progressivamente, as pesquisas sobre trabalhadores rurais será a maioria.

No campo teórico, os movimentos operários e de trabalhadores urbanos foram considerados como característicos de sociedades industrializadas. Tais movimentos, inclusive, foram colocados à parte dos movimentos sociais em geral (CARONE, 1979). No contexto social, os movimentos de trabalhadores urbanos ou rurais têm objetivos que envolvem alteração nas relações e condições de trabalho, inscrição e defesa de direitos trabalhistas e previdenciários e, também, alguns movimentos possuem um ideário de

esquerda imbuído da perspectiva de luta de classes. Na academia, ao menos até meados de 1980, a abordagem teórica das teses e dissertações sobre o tema era predominantemente de matriz marxista (KAUCHAKJE, 1997), portanto, o maior número de pesquisas sobre movimento de trabalhadores pode refletir, também, essa preferência teórico-metodológica.

O grande número comparativo e perenidade das teses e dissertações sobre movimento dos trabalhadores, possivelmente, é explicado pela perspectiva e tradição teórica e, também, pela relevância dos movimentos sindicais no final dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980. Em seguida, esse interesse foi alimentado pela importância do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no cenário nacional (FURTADO, 1999), pois o MST será o objeto da maioria das teses e dissertações pós-1996 classificadas como movimento de trabalhadores⁷, sendo estudado sob diferentes enfoques relacionados às lutas por terra e trabalho, tais como ideológico e político, escolar e educacional, da mística e de ideários religiosos, da formação histórica e do cooperativismo.

O segundo tipo de movimento social mais estudado é o movimento por direitos de cidadania e acesso a serviços e equipamentos públicos, ou seja, o movimento popular que também protagonizou as lutas pela redemocratização.

Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos populares “tiveram abrangência muito ampla, tocando praticamente todos os pontos do custo da reprodução da força de trabalho: habitação, transporte, creches, tarifas de energia elétrica (...)” (OLIVEIRA, 1994, p. 4).

Na literatura especializada, autores como Scherer-Warren (1993) e Gohn (1991) entenderam que os movimentos populares, juntamente com os chamados novos movimentos, poderiam ser os protagonistas de mudanças substantivas na sociedade:

(...) a categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder, poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos (SCHERER-WARREN, 1993, p.17)

⁷ Foge do objetivo central deste artigo a análise do predomínio dos estudos sobre o MST e de seu impacto na produção geral sobre movimentos sociais após 1996.

Interessante notar que o número de pesquisas sobre movimentos populares entre 2001-2005 é ligeiramente superior ao de 1990-1995 (o mesmo ocorrendo para os novos movimentos sociais). Esse dado, em conjunto com a continuidade dos movimentos de trabalhadores, demonstra a importância que a academia continua atribuindo às pesquisas sobre movimentos sociais (Figuras 4 e 5).

As pesquisas sobre novos movimentos sociais vêm em terceiro lugar, acompanhando sua maior visibilidade no espaço público. Essa denominação agrupa movimentos com demandas e manifestações mais antigas, como feminista e étnica e reivindicações mais recentes, como as ligadas à livre orientação sexual, ao ambientalismo, ao pacifismo e por mudanças culturais e éticas na política, na economia e na relação Estado e sociedade. Esses movimentos sociais foram identificados, nos anos 1980, por um lado, com demandas que ultrapassavam o “código político estabelecido (esquerda/direita, liberal/conservador, etc.)” (OFFE, 1993, p. 180) e, por outro, com manifestações que reivindicavam menor intervenção do Estado na sociedade, em contrapartida à maior participação social.

O aumento de expressão desses movimentos coincide com a chamada “crise das utopias” e com a investida ideológica e política liberal moldando a “crise do Estado social” (TOURAINÉ, 1994; DOIMO, 1995). Isto é, coincide com certo deslocamento ou suspensão ideológica na academia e na sociedade. A maior visibilidade e o ambiente ideológico e político levaram à interpretação de que, diante dos novos movimentos, os movimentos de trabalhadores e os populares deixariam de ter centralidade social e estariam sofrendo o chamado “refluxo” (GOHN, 1994; SCHERER-WARREN, 1993).

As Figuras 4 e 5 demonstram que, na USP e na UNICAMP, essa suposta perda de centralidade não repercutiu nas pesquisas acadêmicas realizadas nessas universidades. De fato, gênero, etnia, ambientalismo, entre outros “novos” temas foram abordados de forma crescente, mas a abundância comparativa de teses e dissertações sobre os movimentos de trabalhadores e populares indicam que questões do mundo do trabalho, da estrutura fundiária e da cidadania social continuaram a suscitar investigações e embates sociais.

Esse argumento é reforçado pelas teses e dissertações sobre movimentos sociais ligados às religiões que tecem uma articulação com os movimentos populares e de trabalhadores. Quer dizer, além dos estudos históricos sobre

Canudos e Contestado, por exemplo, as pesquisas tiveram como objeto principal as CEBs e a Teologia da Libertação abordadas junto aos movimentos populares, o perfil e atuação de lideranças religiosas nos movimentos sociais e, recentemente, abordam aspectos da religiosidade e mística no MST. Cabe ainda notar que, a partir de 1985, surgem pesquisas sobre os demais movimentos sociais classificados, embora em menor número.

Os poucos estudos sobre movimentos de elites econômicas podem estar vinculados ao fator da matriz teórica, já mencionado, e à baixa frequência de movimentos sociais desse tipo. Entende-se por elites econômicas os grupos sociais que concentram a riqueza e, ao mesmo tempo, ocupam posições de destaque e de liderança em seu setor de atividade. O Estado é espaço de conflito e luta por poder e recursos (de poder) e, ainda que tenha um caráter de classe, não representa diretamente interesses de uma classe ou frações de classe específicas (OFFE, 1982; PERISSINOTTO, 2007). Dessa forma, apesar de as elites ocuparem posições privilegiadas no processo decisório relativo às políticas e recursos do Estado (REIS, 2000; LIMA e CHEIBUB, 1996) mantém, também, recursos organizativos para manifestar-se como um movimento social quando seus interesses não são atendidos.

A maior parte das poucas pesquisas sobre movimentos sociopolíticos e partidários, isto é, movimentos que objetivam participar e influenciar diretamente o jogo político, tratou de partidos de esquerda como PCB – Partido Comunista Brasileiro; PC do B – Partido Comunista do Brasil e PT – Partidos dos Trabalhadores. Isso possivelmente está ligado às preferências teórico-metodológicas dos pesquisadores da temática à retomada do multipartidarismo na democracia brasileira e à novidade representada pela organização do PT junto aos movimentos sociais.

Os trabalhos sobre movimento estudantil destacaram, especialmente, a inserção nos movimentos sociopolíticos, sendo que dentre os movimentos culturais é característico os de jovens em tribos urbanas (movimentos *punk* e *hip-hop*, por exemplo).

A relação entre produção acadêmica e o contexto sociopolítico já foi discutida por autores como Przeworski (1994) e Doimo (1993). Para uma mesma época, enquanto o primeiro autor argumentava sobre a desmobilização causada pela derrocada de regimes socialistas e avanço da ideologia de endeusamento do mercado, Doimo detectava que a redemocratização

brasileira trazia, como contrapartida, o desinteresse por movimentos populares urbanos, conforme trecho a seguir:

[os] chamados movimentos de reivindicação urbana que se multiplicaram pelo Brasil afora durante os anos 70 e 80 despertando intenso interesse acadêmico, deram lugar, a partir de meados dos anos 80, a temas relativos à transição política e à questão da democracia [...]. Nova conjuntura política, novo arranjo de forças políticas e acomodação das lideranças movimentistas (...). E adeus aos movimentos sociais; agora, há assuntos mais relevantes (DOIMO, 1993, p. 12 e 14).

Para os dias de hoje, Touraine (2006) e Scherer-Warren (2006) sugerem certa diluição das pesquisas e, também, dos próprios movimentos sociais em favor de novos formatos adquiridos em redes sociais.

Como visto, este artigo fornece dados para o debate sobre um possível declínio do interesse pelo estudo dos movimentos sociais no Brasil e demonstra que, ao menos na academia entre 1970-2005, houve perenidade e diversidade na pesquisa sobre a temática.

Considerações finais

O artigo apontou que na USP e na UNICAMP as teses e dissertações sobre movimentos de trabalhadores e populares são em maior número em todos os anos entre 1970 e 2005. No entanto, também indicou a diversidade de movimentos sociais estudados, pois no período houve um aumento de teses e dissertações que abordaram novos movimentos sociais, movimentos ligados à religião e movimentos político-partidários, por exemplo.

O número e a diversidade das pesquisas sobre movimentos sociais, quando contrapostos ao contexto social, sugerem que a academia brasileira acompanhou a dinâmica da realidade e demonstrou contínuo interesse em investigar movimentos sociais históricos de passado recente e, também, “no calor da hora”.

A sistematização simples, utilizando percentuais, demonstrou que a maioria das pesquisas sobre movimentos sociais foi defendida entre 1980 e 1995, com posterior declínio comparativo. Apesar disso, o número de pesquisas entre 1996-2005 foi maior do que entre 1970-1979, sendo que para as pesquisas sobre movimento dos trabalhadores, populares e novos movimentos sociais, principalmente nos anos 2001-2005, isso representou uma retomada numérica.

Portanto, afirmações sobre a diminuição do interesse na temática podem ser discutidas com base na demonstração de vigor das pesquisas acadêmicas⁸, pois nos últimos 35 anos, se o ápice numérico entre 1980 e 1995 chama a atenção, observa-se também a diversidade dos movimentos sociais estudados, a não interrupção ao longo do período e o aumento do número de pesquisas realizadas nos últimos anos quando comparados aos primeiros.

Esses resultados sugerem que, ao menos em sociedades como a brasileira, movimentos sociais continuam a ter um lugar nas pesquisas acadêmicas e os temas nelas tratados apontam que, de modo geral, eles ocupam um espaço na própria sociedade.

No campo investigativo, todavia, movimentos sociais não apenas descrevem parte da realidade, mas a pesquisa sobre eles já é um modo específico de interpretá-la. Por isso, os resultados desta pesquisa nos levam a considerar que duas entre as questões a serem respondidas nos estudos sobre a temática são se os movimentos sociais, como categoria analítica e histórica, estariam ou não perdendo importância nos dias de hoje e, também, qual o atual significado que os pesquisadores atribuem aos movimentos sociais em termos de constituição e interpretação da sociedade?⁹

Este artigo forneceu indicações para responder a primeira questão, a segunda desafia para a realização de novos estudos.

Referências bibliográficas

- BOSCHI, Renato Raul (org.). 1983. *Movimentos coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CAMACHO, Daniel. 1987. "Movimentos sociais, algumas discussões conceituais". In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- CARONE, Edgar. 1979. *Movimento operário no Brasil*. São Paulo: Difel.
- CASTELLS, Manuel. 1983. *The city and the grassroots*. California: University of California Press.

⁸ A atualidade dos movimentos sociais pode ser demonstrada não apenas no campo teórico, mas no próprio contexto social por conta de sua inserção em redes e espaços institucionalizados de participação social. Nesse ponto, em particular, concordo com Scherer-Warren (2006) sobre a articulação entre movimentos sociais e ONGs em redes.

⁹ Uma reflexão similar foi anunciada no artigo "Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais" (KAUCHAKJE, 2008).

- _____. 1999. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- DOIMO, Ana Maria. 1993. *Movimento popular no Brasil pós-70: formação de um campo ético-político*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- _____. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação político no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS.
- FAUSTO, Boris. 1997. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- LIMA, Maria Regina Soares & CHEIBUB, Zairo Borges. 1996. "Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão a elite brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, p. 83-110.
- Furtado, Celso. 1999. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOHN, Maria da Gloria. 1991. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola.
- _____. 1992. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.
- _____. 1997. *Teorias sobre os movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- KAUCHAKJE, Samira. 1992. *Movimentos sociais populares urbanos no Brasil de 1983 a 1990*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 1997. *Movimentos sociais na academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na Unicamp e USP entre 1970-1995*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 2007. "Movimentos sociais no século XXI: matriz pedagógica para a participação sociopolítica". In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de & JEZINE, Edineide. (orgs.). *Educação e movimentos sociais*. São Paulo: Editora Alínea.
- _____. 2008. "Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais". *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 23, n. 3, pp. 667-696.
- MELUCCI, Alberto. 1997. "Movimentos sociais e sociedade complexa". *Cadernos do Núcleo de estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais*, PUC, n. 2, p. 28-37.
- OFFE, Claus. 1982. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. 1993. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Sistema.

- OLIVEIRA, Francisco. 1994. "As revoluções dos Zés". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 8, n. 3, p. 1-26.
- PERISSINOTO, Renato M. 2007. "O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea". *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, p. 81-121.
- PORTELLA, Eduardo Mattos. "USP: as curvas da modernidade". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 69-75.
- PRZEWORSKI, Adam. 1994. *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- REIS, Elisa P. 2000. "Percepções da elite sobre e pobreza e desigualdade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152.
- SCHERER-WARREN, Ilse. 1983. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed.UFSC.
- _____. 1993. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
- _____. 2006. "Das mobilizações às redes de movimentos sociais". *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130.
- TILLY, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. New York: Random House.
- TOURAINÉ, Alain. 1989. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: Unicamp.
- _____. 1994. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. 2006. "Na fronteira dos movimentos sociais". *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28.

Resumo

Este artigo objetiva demonstrar o vigor das pesquisas sobre movimentos sociais e discutir os resultados da investigação sobre dissertações e teses da USP e da UNICAMP entre 1970 e 2005. Os dados coletados nas bibliotecas dessas universidades foram sistematizados e classificados com base na literatura. Os resultados indicaram: maior número de pesquisas sobre movimentos de trabalhadores e populares ao longo de todo o tempo, aumento de diversidade de tipos estudados como novos movimentos sociais e os ligados à religião, maior número percentual de pesquisas entre 1980-1995, maior número percentual de pesquisas sobre o tema entre 1996-2005 do que entre 1970-1979. Conclui-se que afirmações sobre diminuição do interesse na temática não se sustentam, pois, nos últimos 35 anos, as pesquisas acadêmicas sobre movimentos sociais são constantes.

Palavras-chave: movimentos sociais; movimentos de trabalhadores; movimentos populares; novos movimentos sociais; pesquisas acadêmicas.

Abstract

This paper aims at demonstrating the vitality of the research on social movements, represented by theses and dissertations developed at State University of Campinas - UNICAMP and at University of São Paulo - USP between 1970 and 2005. Collected at the libraries of those universities, the data and information for this survey were subjected to systematization and classification. The investigation outcomes showed a greater number of researches on labor and popular movements during the period, but also an increase in the diversity of types studied as new social movements and movements linked to religion. In terms of percentage, the greater number of researches is found between 1980 and 1995, and the percentage of researches on the theme is greater in the period 1996-2005 than in the period 1970-1979. The conclusion is that the assertions about a decrease in the interest on the theme are not supported by the findings, which suggest that concern with the research on social movements is still significant in Brazilian universities.

Key words: social movements; labor movements; popular movements; new social movements; Brazilian universities.

Recebido em outubro de 2009.

Aprovado em novembro de 2009.